

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

REQUERIMENTO Nº , DE 2011
(DO SR. WASHINGTON REIS)

Requer a realização de audiência pública desta Comissão para discutir a destinação das áreas “H” e “I” pertencentes ao sítio patrimonial do Aeroporto de Macapá - AP.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 24, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública desta Comissão de Viação e Transportes para *discutir a destinação das áreas “H” e “I” pertencentes ao sítio patrimonial do Aeroporto de Macapá, no Estado do Amapá*. A referida audiência deverá contar com a participação de representantes do Ministério da Defesa, Secretaria de Aviação Civil, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, Comando da Aeronáutica e Município de Macapá.

JUSTIFICATIVA

No dia 31 de março último, a Justiça Federal de Primeiro Grau no Amapá, por meio do Juiz Federal, Dr. João Bosco Costa Soares da Silva, enviou o ofício SEPOD/2ª Vara 322/2011 a esta Comissão de Viação e Transportes, solicitando ao nosso órgão a realização de audiência pública para tratar da destinação das áreas acima referidas, pertencentes ao sítio patrimonial do Aeroporto de Macapá.

O magistrado declara que as áreas citadas são de fundamental importância para a implementação de políticas públicas habitacionais destinadas a acolher a população mais carente do Estado do Amapá.

Acompanhando o ofício dirigido a esta Comissão, nos foi enviada Ata de Audiência de Conciliação, referente a processos para reintegração de posse, que contou com a presença de diversas autoridades federais, estaduais e municipais, para

tratar também da destinação das unidades “H” e “I”, bem como da tramitação de procedimento objetivando a reversão das áreas citadas.

Dentre as várias manifestações constantes na ata, depreende-se que o Procurador da Advocacia Geral da União no Estado do Amapá procedeu à leitura de ofício do Ministro da Defesa, ressaltando o interesse da União para reintegração das áreas e que os representantes estaduais e municipais afirmaram, unanimemente, que as áreas pertencem ao Município de Macapá e que a ampliação do aeroporto comprometerá a implementação do Plano Diretor elaborado para a referida Capital.

Ao final da reunião, atendendo a pedido para prorrogação do prazo, para que a Secretaria de Aviação Civil pudesse encaminhar manifestação a respeito de seu interesse na área, o Meretíssimo Juiz proferiu seu despacho, solicitando a esta Comissão a realização de audiência Pública para tratar do assunto e indicou os órgãos que deveriam participar da mesma, conforme a lista constante neste documento.

Pelas razões aqui apresentadas, solicito aos nobres pares a aprovação deste requerimento, lembrando aos Colegas que fomos instados pela Justiça Federal de Primeiro Grau no Estado do Amapá a realizar esta audiência pública, de acordo com as prerrogativas do Legislativo Brasileiro, objetivando discutir as questões pertinentes, dentro da área temática de cada comissão.

Sala das Reuniões, de abril de 2011

Deputado WASHINGTON REIS
PMDB/RJ